

## ATA NÚMERO 11/XIII (1.<sup>a</sup>) SL 19 de janeiro de 2016 – 10h00

Aos dezanove dias do mês de janeiro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na sala do Senado, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

### 2. Aprovação da ata

- Atas das reuniões de 12 e 13 de janeiro

### 3. Comunicações do Presidente

### 4. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação, para apresentação do parecer sobre Avaliação das Aprendizagens e Realização de Provas Finais no Ensino Básico - 15h15

### 5. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF – sobre a promoção de uma Escola Pública de qualidade ao alcance de toda a população – 16h30

### 6. Texto de substituição de

Projeto de resolução n.º 56/XIII (1.<sup>a</sup>), do BE - Racionalização dos contratos de associação com o ensino privado garantido a proteção da escola pública

Projeto de resolução n.º 61/XIII (1.<sup>a</sup>), do PCP - Por uma escola pública que cubra as necessidades de toda a população

- Discussão

### 7. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015) 610]

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada autora do parecer: Margarida Mano – PSD

**8.** Petição n.º 4/XIII (1.ª), da Junta de Freguesia e Associação de Pais das escolas da Quinta do Conde, solicitando a construção duma escola secundária na Quinta do Conde

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: André Pinotes – PS

**9.** Projeto de resolução n.º 68/XIII (1.ª), do BE - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

- Discussão

**10.** Projeto de resolução n.º 62/XIII (1.ª), do PCP - Suspensão das metas curriculares e abertura de um processo de debate para a definição de objetivos para uma real e profunda reforma curricular

- Apreciação da redação final

**11.** Concretização do Plano de Atividades da Comissão

- Apreciação e votação

**12.** Plano de Atividades do GT Acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação

- Apreciação e votação

**13.** Petição n.º 17/XIII (1.ª), de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues - Bolsa de estudo para estudantes de doutoramento

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputado Relator: Deputado do PS

**14.** Petição n.º 32/XIII (1.ª), da FENPROF - Um regime de aposentação justo para os docentes

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputado Relator: Deputado do PSD

**15. Outros assuntos**

## 16. Data da próxima reunião

- Dia 26 de janeiro de 2016 – 15h00 – Audição do Ministro da Educação

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Foi pedido o adiamento dos pontos 11 e 9 da Ordem do Dia, respetivamente, pelos Deputados Porfírio Silva (PS) e Nilza de Sena, tendo havido consenso. A proposta de Ordem do Dia, com essas alterações, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação da ata

As atas das reuniões de 12 e 13 de janeiro foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de iniciativas legislativas

O Presidente informou que tinham baixado à Comissão os Projetos de Resolução referidos abaixo e face à indicação da Deputada Joana Mortágua (BE) de que pretendiam a sua discussão no Plenário, referiu que ia ser feita a respetiva comunicação ao Presidente da Assembleia da República.

Projeto de Resolução	85	XIII	1	<u>Pelo cumprimento da Diretiva 1999/70/CE da Comissão Europeia, relativa ao vínculo na carreira docente</u>	Baixa comissão para discussão	2016-01-15	BE
Projeto de Resolução	71	XIII	1	<u>Prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, garantindo condições para a conclusão dos doutoramentos e corrigindo injustiças</u>	Baixa comissão para discussão	2016-01-12	BE

### 3.2. Baixa de iniciativas europeias

Indicou depois que tinham sido enviadas à Comissão (bem como à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas) as iniciativas europeias abaixo identificadas e tendo-se equacionado se as respetivas matérias se inseriam na área de competências da Comissão, foi consensualizado proceder ao seu escrutínio e apreciar o respetivo relatório na reunião da Comissão de 2 de fevereiro, sendo a 1.<sup>a</sup> distribuída ao PSD e a 2.<sup>a</sup> ao PS e os Deputados relatores indicados posteriormente:

- **Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre certos aspetos relativos aos **contratos de fornecimento de conteúdos digitais** [COM(2015)634]**
- **Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a **contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens** [COM(2015)635]**

### 3.3. Dias das audições regimentais

Na sequência da proposta de calendário (com indicação das semanas) para as audições regimentais, recebida do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, foi aprovada a seguinte calendarização:

- **Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**
  - ✓ 1.<sup>a</sup> – OE (data a fixar)
  - ✓ 2.<sup>a</sup> – 26 de abril (3.<sup>a</sup> feira)
  - ✓ 3.<sup>a</sup> – 24 de maio (3.<sup>a</sup> feira)
  - ✓ 4.<sup>a</sup> - 21 de junho (3.<sup>a</sup> feira)
- **Ministro da Educação**
  - ✓ 1.<sup>a</sup> – 26 de janeiro (3.<sup>a</sup> feira)
  - ✓ 2.<sup>a</sup> - OE (data a fixar)
  - ✓ 3.<sup>a</sup> – 19 de abril (3.<sup>a</sup> feira)
  - ✓ 4.<sup>a</sup> - 12 de julho (3.<sup>a</sup> feira)

### 3.4. Pedidos de audiências

Por último, foi prestada informação sobre os pedidos de audiência recebidos na Comissão e consensualizado se a mesma teria lugar na Comissão ou por Deputado-piloto, nos termos a seguir referidos:

- **Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal – FESAHT** - abordar a situação do incumprimento do caderno de encargos da concessão do serviço de alimentação nos refeitórios escolares
  - ✓ O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a matéria a equacionar era de âmbito laboral e questionou se a audiência não deveria ter

lugar na Comissão de Trabalho. Nesta sequência, consensualizou-se repensar a matéria e adiar a decisão para a reunião seguinte.

- **Plataforma CUT – Associação de Professores e Educadores Portugueses** – pretende contribuir para a uniformização do concurso de Professores em Portugal, conferindo ao mesmo tempo a justiça, igualdade e a transparência que a Constituição da República Portuguesa impõe ao emprego
  - ✓ Audiência por Deputado-piloto do PSD, a indicar posteriormente.
- **Filipa Carreira de Avelar Barbosa – Project WonderScience e possível Candidatura à Fundação Champalimaud**
  - ✓ Audiência por Deputado-piloto do PSD, a indicar posteriormente.
- **Dário Tavares, da Comissão de pais, encarregados de educação e funcionários dos colégios com contrato de associação – Contratos de associação**
- **Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas - Contratos de associação**
- **Vera Magalhães, professora do Externato Infante D. Henrique - Contratos de associação**
  - ✓ Havendo 3 pedidos distribuídos sobre esta matéria e estando a chegar outros, foi equacionada a hipótese de se fazer uma audiência conjunta e de a mesma ser feita na Comissão, tendo havido consenso em relação a este procedimento.

**4. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação**, para apresentação do parecer sobre Avaliação das Aprendizagens e Realização de Provas Finais no Ensino Básico - 15h15

O Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professor Doutor David Justino, estava acompanhado pelo Secretário-Geral, Dr. Manuel Miguéns.

Interveio em primeiro lugar a Deputada Nilza de Sena, em representação do PSD, que tinha requerido a audição, referindo que o parecer do CNE era favorável à realização de exames no 4.º e 9.º ano e perguntando qual era a posição do Presidente do mesmo em relação à alteração recentemente introduzida pelo Ministério da Educação, em rutura com o passado.

Acrescentou que em 2011 não tinha havido rutura com o regime anterior e referiu que os exames eram no fim do ciclo e não no meio, tendo questionado o Presidente do CNE se conhecia países com provas a meio do ciclo e indicado que discordava dessa solução, sendo que não eram avaliados os conhecimentos do final do ciclo.

Questionou ainda se os exames eram eliminatórios e geravam desigualdades e se a aceitar-se isso, não bastaria alterar a ponderação que lhes era atribuída.

O Presidente do CNE referiu a dupla dimensão do Conselho, constituído por especialistas e que agregava as sensibilidades da sociedade portuguesa na educação, representando

conhecimento especializado e sensibilidades, tendo indicado que passaram a incluir o respetivo relatório técnico nos seus pareceres.

Indicou que o parecer tinha sido feito a pedido da Comissão de Educação e Ciência, em que se solicitava a pronúncia sobre os exames do 4.º ano, tendo o CNE alargado o parecer às provas do 6.º e do 9.º ano, por ter conhecimento de que havia outros projetos de lei sobre estes em apreciação na Comissão.

Referiu depois que o papel do CNE não é fazer oposição ao Governo, tendo antes uma postura de colaboração, proporcionando informação e reflexão aos agentes, que informem as decisões, o Conselho aconselha, não decide. Informou ainda que foi dando conta ao Governo da posição do CNE.

Indicou que o CNE era favorável à manutenção das provas, com algumas melhorias, defendendo a manutenção, melhorando, e só mudar se aquilo que estava mal fosse irrecuperável e informou que tinham identificado 5 grandes constrangimentos e entendido que podiam ser feitas melhorias, salientando ainda que a alteração da ponderação das provas levava a que o impacto das mesmas fosse residual. Por último, referiu que anteriormente tinha havido continuidade no modelo de avaliação adotado.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a posição do Ministério da Educação e Ciência não tinha surgido do nada, estando até em linha com as melhores práticas internacionais, como resultava do relatório técnico do CNE e respondia a várias preocupações identificadas por este.

Salientou que o modelo do Ministério mantinha o exame do 9.º ano, perguntou se os exames não geravam mais retenções e se a diminuição da percentagem de ponderação atribuída às provas não as desvalorizava e defendeu que tinha sido adotado um modelo integrado de avaliação interna.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o CNE tinha conhecimento técnico e uma componente política, atenta a sua composição. Indicou que o parecer do CNE e o relatório técnico indicavam impactos positivos e negativos dos exames e provas de aferição, tendo salientado que havia um impacto profundo de concentração nas disciplinas de Português e Matemática e referido que o parecer do CNE reconhecia que a resposta não era alargar os exames a todas as disciplinas.

Questionou se as provas de aferição não eram levadas a sério e qual a forma de motivar a escola e os alunos, se os exames do 4.º e do 6.º ano eram uma rutura com o passado e se os exames eram a única forma de exigência e de avaliação séria e se eram essenciais ou uma opção ideológica e política.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) entendeu que o CNE devia ter sido consultado e perguntou se conhecia um modelo igual noutros países, com provas a meio do ciclo. Referiu depois as obrigações do país de dar informação às organizações internacionais e questionou o impacto das alterações atuais nesse âmbito.

Questionou ainda se o modelo anterior era integrado ou não, as desvantagens e vantagens da avaliação no fim ou no meio do ciclo e a alteração do exame de inglês. Por último, referiu que o parecer propunha mais provas no 9.º ano e o Ministério da Educação tinha fixado uma prova rotativa, questionando se entendia que se se verificava uma adulteração pela introdução da mesma.

A Deputada Ana Virgínia (PCP) reconheceu a qualidade do trabalho do CNE e do parecer elaborado. Defendeu depois a avaliação contínua dos alunos, tendo considerado os exames como um elemento de seletividade, um erro pedagógico, uma opção ideológica, a introdução de seleção social, uma fraude, para o facilitismo de quem gere o sistema.

Referiu ainda que os exames geravam estreitamento curricular e dificultavam as competências mais alargadas em áreas sem exames.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) reiterou que o parecer do CNE era favorável aos exames do 6.º e 9.º ano e perguntou se o Conselho tinha sido ouvido pelo Ministério da Educação. Defendeu que as provas de aferição lhes suscitavam dúvidas e que não motivavam e responsabilizavam os agentes e pediu a opinião sobre isso, bem como sobre o modelo adotado pelo Ministério.

Perguntou ainda qual o impacto da introdução de provas no 2.º ano, referindo que alguns países as tinham, mas num sistema integrado e questionou a adoção de avaliação contínua ou final.

Em resposta às questões e observações colocadas, o Presidente do CNE escusou-se a dar uma opinião pessoal, transmitindo apenas a posição do CNE. Realçou depois que havia pontos comuns e estruturantes entre o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, referindo a preocupação avaliativa, a universalidade das provas, a dimensão estruturante das disciplinas de Matemática e Português (referindo que o insucesso a Matemática também resulta do insucesso a Português) e o estreitamento curricular ser um alerta (que não resultava das 2 disciplinas referidas serem estruturantes).

Referiu depois como divergências do CNE em relação ao Ministério da Educação o facto de o 1.º defender o aproveitamento e melhoria das provas, enquanto o 2.º adotou a sua alteração. Referiu ainda que o CNE defendia uma mudança gradual, salientou que a informação dos exames e das provas não davam o mesmo resultado, indicou que o número de provas era idêntico nas 2 soluções, considerando o inglês como instrumental e salientou que a proposta do Ministério não estava claramente concretizada.

Por último, referiu que as provas finais tinham natureza sumativa e o Ministério propunha testes diagnósticos, parecendo que estavam a converter os testes intermédios em diagnósticos.

A terminar a audiência, o Deputado Porfírio Silva (PS) pediu a remessa das declarações de voto que tinham sido apresentadas em relação ao parecer.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão na internet](#).

#### **5. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF – sobre a promoção de uma Escola Pública de qualidade ao alcance de toda a população – 16h30**

Dando início à audiência, o Senhor Presidente deu a palavra a Mário Nogueira, Presidente da FENPROF, que fez uma intervenção inicial que pode ser consultada na [página da Comissão](#).

O Senhor Deputado Amadeu Soares de Albergaria (PSD) reiterou a posição defendida pelo Grupo Parlamentar do PSD quando esta matéria foi discutida em Plenário e voltou a rebater os números que a FENPROF apresentou, recomendando, designadamente, a leitura e a análise atenta do relatório do Tribunal de Contas que acompanhou o Programa de Assistência Económica e Financeira, onde se comprova que nas escolas com contratos de associação o número de alunos, de turmas e de professores diminuíram, bem como a despesa por ano letivo. Disse também que os apoios são dados a cerca de 150 000 alunos, que dão emprego a 20 000 docentes, representando cerca de 2% do orçamento do Ministério da Educação.

Terminou a sua intervenção afirmando que o Grupo Parlamentar do PSD defende a escola pública mas que nada tem contra o ensino particular e cooperativo, os alunos e suas famílias e a sua inserção nas comunidades.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) disse que para o Grupo Parlamentar do PS a rede pública deve cobrir todas as necessidades da população, tal como o refere o artigo 75.º da CRP. Reconhece o trabalho que o ensino particular e cooperativo tem desenvolvido ao longo dos tempos, mas considera que ele deve ser suplementar da rede pública e não o contrário. Daí defender que se devem analisar os fundamentos de cada contrato de associação, bem como a carência de cobertura em termos das necessidades efetivas existentes. Nesse sentido, referiu que deverá ser feito um redimensionamento da rede para que não haja relutâncias no sistema e para que ele seja justo e equilibrado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) sublinhou que o ensino particular e cooperativo tem toda a legitimidade para existir, mas não pode ser financiado à custa da escola pública e daí defender que os contratos devem ser racionalizados, não se podendo financiar uma escola privada quando exista por perto uma escola pública que possa cobrir as necessidades a custo zero. Perguntou igualmente quantos professores saíram do sistema público devido à falta de abertura de turmas que foram transferidas para as escolas privadas e quantos desses professores das escolas privadas poderiam estar inseridos no sistema público.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) assinalou com agrado o facto de a FENPROF «ver com bons olhos» a figura dos contratos de associação e registou positivamente a sua dimensão sistémica, quer para o bem quer para o mal; para o bem porque servem 150 000 alunos e empregam 20 000 docentes e não docentes, correspondendo a 2% do orçamento do Ministério da Educação; para o mal porque têm sido alvo de cortes significativos de cerca de 30% do seu financiamento e de 20% nos alunos. Citando o estudo do Tribunal de Contas, e que desmente as afirmações produzidas por Mário Nogueira, referiu que o custo/ano por aluno no contrato de associação é 400 euros mais baixo. Lembrou também que a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, aquando da sua audição na Comissão de Educação e Ciência no dia 13 de janeiro, valorizou o facto de terem sido celebrados contratos plurianuais com estas escolas e que a avaliação da rede que seria feita teria isso bem presente.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) sublinhou que os números da despesa do Estado com o ensino privado são por demais evidentes e demasiado graves para o erário público e que o Grupo Parlamentar do PCP nada tem contra a escola privada desde que haja oferta de escola pública, cuja rede deve ser alargada e reforçada. Foi exatamente por essa razão que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projeto de resolução no sentido de se apurar se há efetivamente carência de escolas públicas.

Graça Sousa e Mário Nogueira responderam no fim a todas as questões colocadas, reiterando algumas já analisadas, lembrando que este ano o Estado gastará mais 15 milhões de euros do que gastaria se a opção fosse pelas escolas públicas; que o número de turmas contratualizadas com os privados em regiões do País onde existem escolas públicas não atingiu ainda o limite da sua capacidade; que a FENPROF entende que os contratos de associação com os privados devem existir sempre que não haja oferta pública que dê resposta às necessidades; que o custo/aluno reduzido apresentado no relatório do Tribunal de Contas era feito à conta dos professores, com ordenados mais baixos, horários mais alargados e piores condições de trabalho.

**6. Texto de substituição de**

[Projeto de resolução n.º 56/XIII \(1.ª\), do BE - Racionalização dos contratos de associação com o ensino privado garantido a proteção da escola pública](#)

[Projeto de resolução n.º 61/XIII \(1.ª\), do PCP - Por uma escola pública que cubra as necessidades de toda a população](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão deste ponto foi adiada para o dia seguinte, 20 de janeiro.

**7. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes [COM\(2015\) 610](#):**

Entrando no sétimo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) fez a apresentação do parecer, que pode ser consultado [aqui](#), que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**8. [Petição n.º 4/XIII \(1.ª\), da Junta de Freguesia e associação de pais das escolas da Quinta do Conde, solicitando a construção duma escola secundária na Quinta do Conde](#)**

O Senhor Deputado André Pinotes (PS) fez a apresentação do [relatório final](#) da petição n.º 4/XIII (1.ª), que foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**9. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE — Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976](#)**

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

**10. [Projeto de resolução n.º 62/XIII \(1.ª\), do PCP — Suspensão das metas curriculares e abertura de um processo de debate para a definição de objetivos para uma real e profunda reforma curricular](#)**

Entrando na discussão deste ponto, o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) disse aceitar a sugestão feita pela DAPLEN para o título da resolução e que, no fundo, corresponde à redação do texto de substituição apresentado em Plenário no dia 8 de janeiro de 2016, de onde desapareceu a referência às metas curriculares, adequando – e bem! — o título àquilo que foi aprovado na parte resolutiva.

## 11. Concretização do plano de atividades da Comissão

A pedido do Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), a discussão deste ponto foi também adiada para a próxima reunião da Comissão.

## 12. Plano de atividades do Grupo de Trabalho de acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação

Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Amador (PS), tendo referenciado que o Grupo de Trabalho, no âmbito do seu plano de atividades, tinha consensualizado fazer visitas a escolas/agrupamentos que aderiram ao Decreto-Lei n.º 30/2015, agendando reuniões com as entidades envolvidas — agrupamentos, executivos municipais, assembleias municipais e conselhos municipais de educação; elaborar um relatório síntese compilando opiniões, sugestões recolhidas sobre o balanço de funcionamento dos contratos interadministrativos; realizar uma audição pública sobre a descentralização de competências na área da educação, ouvindo os agentes educativos e demais entidades competentes; realizar outras audições consideradas relevantes e uma conferência parlamentar/mesa redonda sobre a «Descentralização e transferência de competências na educação: o papel do poder local».

Submetido à votação, o plano de atividades foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### 13. [Petição n.º 17/XIII \(1.ª\), de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues — Bolsa de estudo para estudantes de doutoramento](#)

Foi apreciada a nota de admissibilidade, que foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo a petição sido admitida.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) informou a Comissão que o Grupo Parlamentar do PS indicaria oportunamente o relator da referida petição.

### 14. [Petição n.º 32/XIII \(1.ª\), da FENPROF, Um regime de aposentação justo para os docentes](#)

A nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo a petição sido admitida.

O Senhor Deputado Amadeu Soares de Albergaria (PSD) informou que a Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) seria a relatora da petição em causa.

## 15. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

#### **16. Data da próxima reunião**

- Dia 26 de janeiro de 2016

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 05 minutos.

#### **O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Alexandre Quintanilha)**

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 26 de janeiro de 2016.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Rita Bessa  
André Pinotes Batista  
Emília Santos  
Joana Mortágua  
João Torres  
Laura Monteiro Magalhães  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Alves  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Ana Virgínia Pereira  
António Eusébio  
José Cesário  
Pedro Coimbra  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro  
Maria Manuela Tender  
Miguel Tiago

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista